

# Imperdoável

» MAURÍCIO DE OLIVEIRA CAMPOS JÚNIOR  
Advogado

Os ataques a edifícios públicos e símbolos da democracia brasileira não podem ser relativizados nem ficar impunes. As lideranças, financiadores ou simples massa de manobra inspirada por um confuso espírito cívico e revolucionário, histórico e fora de época devem ser punidos de modo firme e rápido, tanto pela privação de liberdade pelos crimes praticados como pela indenização que afete os respectivos patrimônios e minimamente recomponha os prejuízos causados.

Como advogado, tenho sentimentos difíceis de explicar ao ser confrontado com a deprecação do plenário do STF, meu ambiente de trabalho, onde compareci solene e respeitosamente tantas vezes sem jamais cogitar cena de tamanha barbárie. Talvez um misto de vergonha e luto.

A dimensão sagrada de espaços públicos, a simbologia dos palácios onde estão instalados os poderes da República e repousa a memória nacional materializada por objetos de arte e documentos históricos foram brutalmente vilipendiados, com violência física e moral.

Não por acaso, os ataques mais vis aos Três Poderes voltaram-se contra móveis e obras de arte mediante caprichosa humilhação pretendida com a ação de tomar assento nas cadeiras dos ministros, criadas pelo genial Zalszupin, e nas cadeiras dos presidentes das Casas legislativas, ou urinar nelas e na tapeçaria de Burlie Marx, ou danificar telas de Di Cavalcanti e esculturas de Bruno Giorgi, apenas para citar exemplos que, ao lado

da destruição de relógio doado pela corte francesa para a família real portuguesa, constituíam patrimônio nacional ultrajado por um grupo de alucinados que, contraditoriamente, se autointitulava patriota.

Realmente, a violência física e moral praticada contra símbolos das instituições democráticas da República contou com criativa perversidade de seus profanadores. A turba bolsonarista de rostos comuns e uniforme verde e amarelo foi se transformando dia após dia pelo persistente discurso de ódio exaltado por um covarde líder — hoje refugiado —, cuja agressividade, nos gestos e nas palavras, nunca vexou em indicar o modo de ser e agir contra instituições democráticas e seus representantes: desrespeito, palavrões, ironias, constrangimentos crescentes.

Receosos de martirizar seu principal líder, que sempre buscava pretexto para justificar ruptura tantas vezes anunciada, convivemos com esse estado de coisas anormal tempo demais, esperançosos de que a democracia se impusesse ao arbítrio. Lamentavelmente, a convivência oficial de agentes públicos populistas, ou simplesmente oportunistas, permitiu a instalação de acampamentos antidemocráticos que, aos poucos, foram reunindo tipos mercedores de estudos de toda a ordem.

Solitários, fanáticos, idosos carentes, transtornados mentais e outros tipos inusitados encontraram voz e relevância social naquele espaço, transmitindo o dia a dia “sacrificante” e “patriótico”, quase “heroico”, em suas redes sociais e angariando

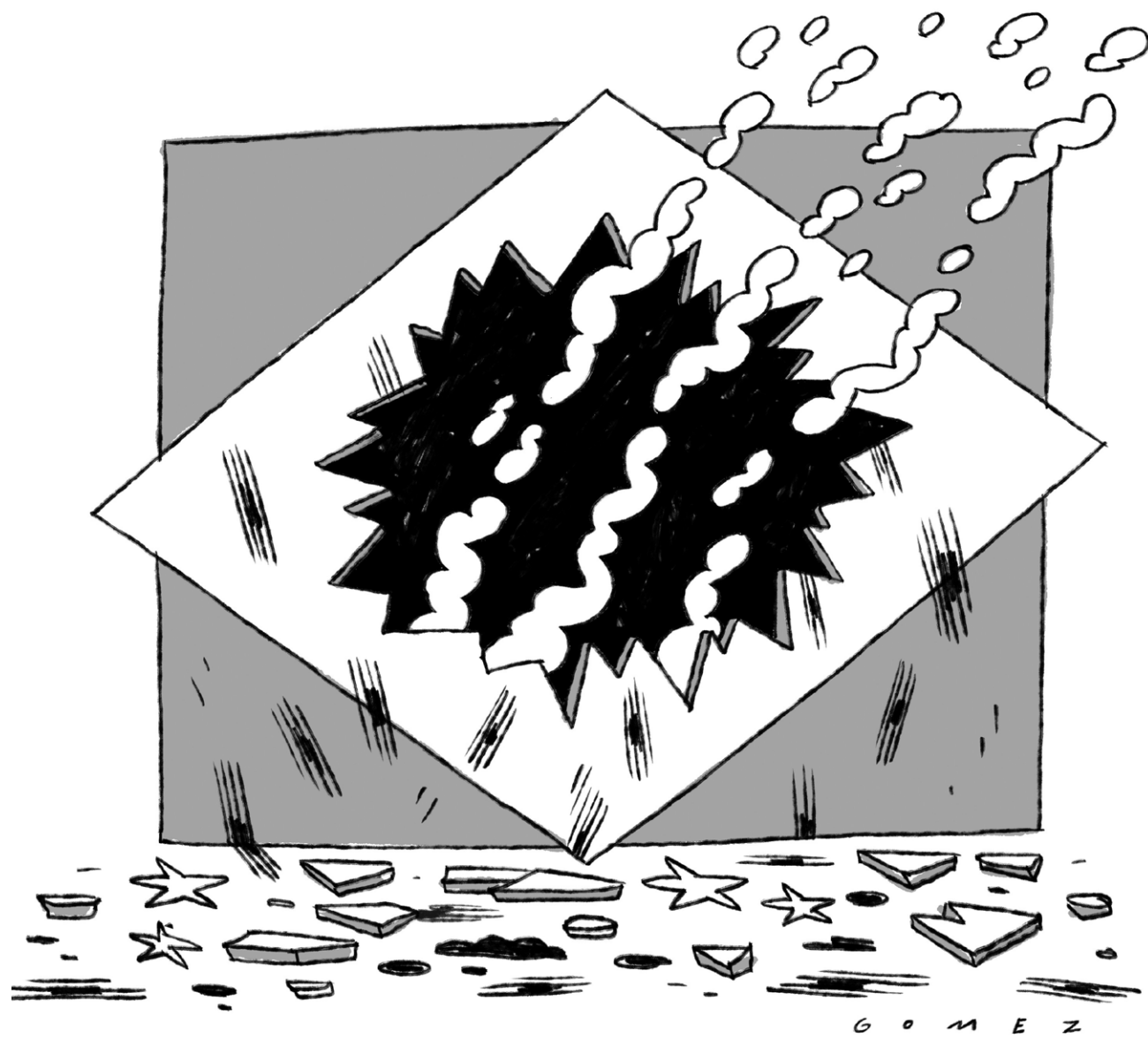
seguidores que os elevaram a um grau de importância jamais experimentado em suas vidas.

Pessoas que, até então, não eram levadas a sério passaram a acreditar que eram agentes de transformação social, assumindo uma cartilha que, aos poucos, descambava para a aposta no caos e na violência como forma de resolução de conflitos e frustrações.

A face explícita da liderança antidemocrática tornou-se omissão consciente como forma de contribuição para o iminente caos, ao mesmo tempo em que se multiplicavam novos líderes entre os liderados, organizando o movimento que, agora, tentava fabricar o golpe pela convulsão em busca de Garantia da Lei e da Ordem pelas Forças Armadas.

Pois bem, se era necessário unir, reorganizar e reconstruir o país depois de quatro anos de enorme corrosão da saúde, meio ambiente, educação, cultura, política internacional e relações entre instituições democráticas, nenhuma outra imagem desse recomeço teria sido tão concreta quanto a destruição materializada pelos atos violentos de 8 de janeiro contra os Três Poderes da República, contra a democracia, contra a memória, a história e os símbolos nacionais.

Que a consequência legal alcance adequadamente todos os autores dos crimes que fizeram terra arrasada da Praça dos Três Poderes e que o choque de realidade pela prisão em estabelecimentos que jamais pensaram conhecer um dia possa finalmente despertá-los de seu transe.



## Sistema de rastreabilidade de medicamentos

» RICARDO CANTERAS  
Especialista em cadeia fria e logística farmacêutica

Chegamos ao final de 2022 comprovando os impactos que podem ser gerados pela falta de comprometimento com a saúde pública. Dez anos se passaram desde a data inicialmente prevista para entrar em operação o Sistema Nacional de Controle de Medicamentos (SNCM). Ultrapassamos uma década se levamos em consideração o ano de 2009, quando o projeto foi concebido.

No entanto, é ao deixar de salvar mais de 10 milhões de vidas, que o descaso mostra, efetivamente, a sua cara. Isso mesmo, cerca de 1 milhão de pessoas morrem anualmente em decorrência do uso de medicamentos falsificados, conforme estimativa da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Já um exercício de modelagem desenvolvido pela Universidade de Edimburgo calcula que entre 72 mil e 169 mil crianças podem falecer a cada ano em consequência de pneumonia tratada com antibióticos adulterados e de baixa qualidade. E era exatamente esse o objetivo do texto da lei que aprovou o SNCM, ou seja, combater falsificações e garantir a segurança da distribuição de medicamentos em todo o país.

O projeto foi elaborado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para assegurar a rastreabilidade dos remédios produzidos ou importados no Brasil. As medidas a serem adotadas tinham como foco a atribuição de um código exclusivo à embalagem de cada medicamento, já

que a adulteração está diretamente ligada à forma como o produto é acondicionado.

Segundo a OMS, um medicamento falsificado é um produto embalado e etiquetado indevidamente, de maneira deliberada e fraudulenta, em que não se respeita sua fonte ou identidade, podendo conter alterações e adulterações em sua fórmula original.

Enfim, foram 13 anos de discussões, prontas para não sair do papel, já que, enquanto se adequavam às exigências do órgão regulador, os elos da cadeia produtiva foram surpreendidos com duas notícias. A primeira, divulgada em 2021, prorrogou para 2025 a implementação do sistema. Nada tão chocante, diante da recorrente morosidade brasileira quando se trata de projetos e investimentos públicos. Mas o pior ainda estava por vir.

Em abril do ano passado, a aprovação do projeto de lei que cria a bula digital de medicamentos trouxe a revogação de alguns itens da rastreabilidade, sendo o principal deles o requisito que previa a inclusão de um número de série único para cada produto. Era a cereja do bolo do projeto da Anvisa para evitar as falsificações, que aumentaram ainda mais no período da pandemia. Esse número seria cadastrado em um sistema integrado de dados, que transmite todas as informações referentes àquele produto para todos os envolvidos na cadeia de distribuição. Não é à toa que a agência se mostrou preocupada e receosa

diante da mudança.

O órgão observa que o PL “ainda dificultará os controles sanitários de qualidade e fiscalização”. Isso sem contar o desperdício de recursos públicos e privados, já que as empresas precisaram se organizar para atender as exigências de rastreamento da produção e do consumo de medicamentos por meio de tecnologia de captura, armazenamento e transmissão eletrônica de dados.

A Temp Log, referência nacional na operação logística de toxinas botulínicas, preenchedores faciais e bioestimuladores, foi uma das empresas que investiram em tecnologia para atender às regras. A operadora logística se uniu ao Instituto Mauá para projetar um equipamento único, automatizando o processo de separação de pedidos, reduzindo custos e, principalmente, atendendo à nova portaria de serialização da Anvisa.

Mas a perda maior continua sendo a do consumidor, já que nada paga o fim de uma vida pela aquisição de um medicamento alterado. Informações complementares da OMS apontam que um em cada 10 produtos médicos em circulação nos países de baixa e média renda são de baixa qualidade ou falsificados.

Ou seja, não é apenas sobre uma simples canetada do poder público em meio a tantas outras que estamos acostumados a acompanhar. É sobre ter a saúde como pilar de desenvolvimento e, conseqüentemente, a indústria farmacêutica como prioridade de atenção e investimentos.

## E agora, DF?

» GILBERTO LIMA JR.  
Empresário, presidente do Instituto Illuminante de Inovação e do Conselho Curador da Fundação Assis Chateaubriand

Os atos golpistas que causaram terror na capital federal no último domingo demonstraram que o zelador do “condomínio” que abriga os Três Poderes da República estava no mínimo muito mal-preparado para cuidar da segurança. A consequência foi vista pelo Brasil e pelo mundo. A barbárie acarretou intervenção federal nas forças de segurança no DF e, logo em seguida, no afastamento do governador por 90 dias, atendendo a decisão do ministro Alexandre de Moraes, do STF. Para adensar ainda mais o cenário, três pedidos de impeachment correm na Câmara Legislativa do DF.

Sob o comando da vice-governadora, Celine Leão, e um interventor federal nomeado pelo Ministério da Justiça, a população do DF se vê diante de um desafio histórico desde a conquista de nossa autonomia política com as eleições diretas em 1990. Os riscos são claros: perda da autonomia política; federalização das forças de segurança; retirada parcial ou total do Fundo Constitucional assegurado em 2002, para o custeio de segurança, saúde e educação (aproximadamente R\$ 23 bilhões ao ano).

Para compreender a vulnerabilidade de nossa população quanto à sustentabilidade das contas públicas, é preciso entender o tema na sua totalidade. O montante anual apurado pelo DF é de aproximadamente R\$ 57 bilhões. Nossa arrecadação própria é de aproximadamente R\$ 34 bilhões. Ou seja, cerca de 40% de nossa receita total depende do repasse da União.

Vamos imaginar que a normalidade seja retomada, que tudo será esclarecido e os riscos aqui apontados não se confirmem de imediato. Vamos imaginar que o governador retome o seu mandato como deseja a maioria das entidades do setor produtivo do DF (15 ao todo). Ainda assim, precisaremos encarar a realidade de que, aos 63 anos (abril), ainda não tivemos um debate aprofundado com a sociedade acerca da urgência em se conquistar a autonomia financeira. Independentemente dos acontecimentos de domingo, vez ou outra o questionamento acerca do Fundo Constitucional nos assombra.

Em 19/12, o senador Randolfe Rodrigues inseriu no Sistema interno do Senado, uma proposta de emenda à Constituição (PEC), propondo a extinção do Fundo Constitucional, causando frisson no Buriti. O pedido foi retirado, mas serviu mais uma vez de alerta para não adiarmos o nosso dever de casa.

O ano de 2022 se encerrou com 569 mil servidores públicos federais, o menor número nos últimos 14 anos. Parte significativa desse contingente tem seu locus profissional no DF. Diante do cenário de digitalização e da velocidade com que a automação de processos nos órgãos governamentais avança, somados à virtualização dos serviços de atendimento à população é inevitável prever uma forte redução dos empregos nesse segmento e naturalmente menos dinheiro circulando em nossa economia.

Embora a participação da iniciativa privada na geração dos empregos seja crescente (640 mil empregados em julho de 2022), a diferença salarial entre servidores públicos e privados chega a 296% (PED-DF da Codeplan). Ou seja, proporcionalmente, nossa dependência econômica da fonte governamental é enorme.

Se conseguirmos manter o Fundo Constitucional e todos devemos lutar por isso, não estaremos dispensados da urgente diversificação de nossa matriz econômica e social, tendo o segmento produtivo como base de arrecadação, geração de empregos e rendas. Para tanto, ousar sugerir algumas iniciativas:

- » Criação de um fundo voltado à transição econômica, ao fomento e à garantia ao desenvolvimento do empreendedorismo local;
- » Criação de um fundo distrital voltado à ciência e a tecnologia;
- » Retorno do repasse anual de 2% da arrecadação para a Fundação de Apoio à Pesquisa (FAP);
- » Pró-atividade na definição de um plano estratégico de atração de investimentos nacionais e estrangeiros para o Distrito Federal;
- » Criação de um programa de incentivos ao desembaraço de cargas importadas nas zonas aduaneiras primárias e secundárias do DF – aumento da arrecadação de ICMS;
- » Criação de uma zona de processamento de exportação (ZPE);
- » Criação de programas de fomento à revitalização de espaços e territórios do DF (SCS, W3 etc.);
- » Criação de programas de incentivo à economia criativa (mais de 25 segmentos potenciais);
- » É preciso driblar as adversidades e enxergar nessa crise nossa grande oportunidade de consolidar a autonomia política e econômica do DF para as quais o setor produtivo tem um papel fundamental e imprescindível.